

DESEMPENHO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO 1990-2008

LUCIENE PIRES TEIXEIRA¹

FÁTIMA MARÍLIA ANDRADE DE CARVALHO²

JOSÉ MARIA ALVES DA SILVA³

Resumo

O artigo usa a perspectiva histórica e o contexto da política macroeconômica como pano de fundo para analisar a trajetória do produto da construção nacional no período 1990 a 2008. Os anos 90 são considerados a verdadeira “década perdida” para a construção brasileira, que se manteve estagnada, perdeu participação relativa no PIB e apresentou baixa produtividade. Os juros altos, aperto de crédito, baixa expansão das atividades econômicas e expectativas desfavoráveis dos agentes econômicos frente a uma conjuntura interna instável criaram um quadro desfavorável para os investimentos privados e sufocaram a produção setorial. Além disto, o enfraquecimento do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico pôs em cheque a performance da construção brasileira, que só apresentou recuperação econômica entre 2004 e 2008. Entretanto, tal desempenho recente ainda está aquém da expansão setorial observada nos anos 70 e de suas reais potencialidades.

Palavras-chave: Economia Brasileira; Macroeconomia; Setor da Construção.

Abstract

This article uses the historical perspective and macroeconomic policies context as a scenario to examine the performance of construction product during 1990 and 2008. The 90s are considered the true “lost decade” for the Brazilian construction industry, which remained stagnated, lost relative share in GDP and showed low productivity. The high interest rates, credit restriction, low expansion of economic activities and unfavorable expectations of economic agents facing an unstable domestic situation created a discouraging framework for private investment and shorted the production sector. Moreover, the weakening of government’s role as promoter of economic development compromised the construction sector performance, which only had an economic recovery between

2004 and 2008. However, this recent performance is still below the sector expansion observed in the 70s and its real potential.

Keywords: Brazilian Economy; Macroeconomics; Construction Sector.

JEL: E12; E22; E23; L74

1. Introdução

Na primeira década do século XXI, o Brasil ainda pode ser caracterizado como uma economia de baixo nível de renda per capita, grande desigualdades regionais, elevada concentração de renda, significativas taxas de desemprego, além de múltiplas carências sociais. Apesar de uma melhora relativa nos últimos anos, o atraso econômico nacional permanece e coloca-se como problema fundamental a ser enfrentado. Magalhães (2009) reconhece a insufi-

¹ Economista, DSc. em Economia Aplicada – UFV Pesquisadora da Embrapa Cerrados

<http://www.cpac.embrapa.br/luciene.teixeira@cpac.embrapa.br>

² Professora do Mestrado Profissional em Administração- Centro Universitário UNA - Belo Horizonte – MG fmacarvalho2010@gmail.com

³ Professor do Curso de Pós-graduação em Economia Aplicada - Departamento de Economia Rural - Universidade Federal de Viçosa - Viçosa – MG. jmasilva@ufv.br



ciência dos mecanismos de mercado no que concerne ao ótimo bem-estar social, o que por si justifica o papel do governo em políticas de desenvolvimento. Há vários instrumentos públicos capazes de reforçar o nível de crescimento econômico e priorizar os interesses da sociedade, a fim de elevar o padrão de vida da população brasileira, como a escolha de setores prioritários e dinâmicos, competentes em promover o crescimento da renda nacional, o fortalecimento do mercado interno e a geração de empregos locais.

A indústria de construção pode ser considerada um setor prioritário na alocação de recursos escassos por seus efeitos econômicos e sociais positivos e seu papel fundamental na sustentação do desenvolvimento econômico e na geração de empregos. No plano internacional, os estudos de Myers (2004), Lean (2001), Hillebrandt (2000), Finkel (1997), Ofori (1990), Bon and Minami (1986), Polenske and Sivitanides (1989), dentre outros, apontam a construção como setor com forte vocação para políticas de desenvolvimento, ressaltando seu desempenho influente como vetor impulsionador do crescimento econômico. No Brasil, Teixeira (2009) mostra a relevância da construção para a estrutura da economia nacional a partir dos anos 90, identificando que sua performance pode refletir direta e indiretamente sobre muitos setores e influenciar variáveis macroeconômicas relevantes, a exemplo do nível de emprego e grau de competitividade do sistema produtivo. Teixeira e Carvalho (2006) também apontam a construção como um setor-chave, com fortes impactos diretos, indiretos e induzidos na economia nacional, comprovando seu papel econômico e social como promotor do desenvolvimento.

A despeito de sua função estratégica para o desenvolvimento econômico, a construção brasileira não tem sido analisada num contexto macroeconômico em que variáveis como expectativas, estado de confiança na

economia, disponibilidade de crédito, taxa de juros, dentre outras, são elementos fundamentais na determinação dos seus níveis de produto e emprego. Há, assim, uma lacuna no que tange à verdadeira apreensão da dinâmica da construção e suas conexões com o crescimento econômico, uma vez que são escassas as análises sobre essa indústria numa perspectiva teórica keynesiana, em que os determinantes e o papel crucial dos investimentos são abordados pelo lado da demanda agregada. Os fundamentos teóricos keynesianos raramente têm sido usados para estudar a evolução do setor, que hegemonicamente vem sendo apreciado pelo lado da oferta agregada, através de diferentes modelos de cunho neoclássico para determinação da função de produção agregada setorial e seus impactos na produtividade do sistema econômico⁴. O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica da construção pelo prisma da demanda efetiva, importante para entender as peculiaridades desta indústria e explicar os fatores determinantes de suas flutuações cíclicas. Justifica-se que, o maior conhecimento a respeito do setor e da dinâmica de seus investimentos podem criar oportunidades para a atuação dos governos nacional e locais, seja por meio da alocação de recursos orçamentários, incentivos fiscais ou configurações de parcerias público-privadas, possibilitando um maior nível de desenvolvimento nacional e/ou regional. Como destaca Lean (2001), determinar as associações entre o produto da construção e o crescimento da economia fornece subsídios aos formuladores de políticas públicas, que usualmente aplicam medidas regulatórias sobre as atividades construtivas ou tomam decisões de investimentos que influenciam o setor. Como essas decisões envolvem a alocação de recursos provenientes da sociedade, é

importante analisar suas influências no sistema econômico.

O artigo é composto de quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção justifica a escolha da abordagem keynesiana, expõe brevemente o método e os condicionantes do sistema analítico proposto e aponta suas implicações para a análise setorial. A terceira seção apresenta a trajetória da construção brasileira a partir dos anos 90 à luz do cenário econômico vigente e a última seção faz algumas considerações conclusivas e apresenta sugestões de novas incursões teóricas sobre o tema.

2. Referencial teórico-metodológico

2.1 A indústria de construção na perspectiva keynesiana

A abordagem teórica proposta por Keynes serve como um guia para entender a dinâmica da indústria de construção. Conforme esclarece Finkel (1997), a doutrina econômica keynesiana tem um efeito claro no entendimento da indústria construtiva e oferece uma estrutura teórica importante para a compreensão da economia do setor.

Compartilhando a visão de Scherrer (2007), a construção encerra processos produtivos complexos e multidimensionais, com distintas etapas e elementos, constituindo um intrincado leque de variáveis a serem consideradas, especialmente se o espaço de atuação envolver diferentes países ou regiões. Assim, a indústria de construção, por suas especificidades, deve ser estudada num contexto macroeconômico, em que variáveis como expectativas empresariais, perspectivas de crescimento estável, taxa de juros, sistema financeiro com políticas de crédito adequadas, gastos autônomos de consumo e do setor público, sistema tributário eficiente, dentre outras, exercem papel funda-

⁴ A exemplo dos estudos de Aschauer (1989); Munnell (1990); Garcia-Mila e McGure (1992); Ramirez (1996); Erenburg (1993); Ghali (1997), dentre outros.

mental na determinação dos níveis de investimento, produto e emprego. Conforme esclarece Davidson (1988), todas as discussões dos problemas macroeconômicos que envolvem investimentos, crescimento econômico, emprego, produção, acumulação de capital e moeda devem abarcar uma análise de tomadas de decisão sob condições de incertezas e expectativas para que sejam relevantes para políticas sociais. Disto se depreende que a abordagem keynesiana fornece subsídios importantes à análise da dinâmica do setor da construção e de suas conexões com o crescimento econômico.

Considerando a perspectiva teórica keynesiana, a indústria de construção pode ser analisada pelo lado da demanda agregada e não da oferta agregada. Admitida a grande heterogeneidade dos produtos finais da construção (essencialmente bens de capital), é difícil justificar o uso de uma única função de produção agregada para explicar uniformemente bens, por definição, não homogêneos. Ainda, como explica Finkel (1997), em muitas etapas de sua produção não há como substituir o fator trabalho pelo capital. Apesar de avanços consideráveis em mecanização e do uso de equipamentos na construção, a substituição dos fatores produtivos está restrita a algumas etapas das obras e a alguns segmentos específicos (notadamente a construção pesada), permanecendo os canteiros de obra, processos de instalação, planejamento e design, dentre outras etapas, claramente dependentes do trabalho humano.

Outro ponto a ser destacado é a estrutura econômica dual da construção, na qual coexistem e competem grandes e médias unidades produtivas (com elevada relação capital/produto e alto grau de tecnologia incorporada) com uma maioria absoluta de micro e pequenas empresas (essencialmente intensivas em mão-de-obra). Há, portanto, uma enorme diversidade na organização industrial do setor

e representar todas as diferentes unidades de capital por uma função de produção agregada seria incompatível com a estrutura deste mercado. Além da diversidade, os bens de capital têm outras importantes características, que são sua durabilidade e não-maleabilidade de uso, de modo que para uma análise consistente de sua dinâmica é necessário introduzir a dimensão da incerteza e das expectativas às decisões econômicas empresariais.

Outrossim, a indústria de construção não apresenta restrições na oferta de seus insumos básicos – materiais de construção, bens e serviços utilizados, máquinas e equipamentos, bem como mão-de-obra qualificada, produzidos e disponíveis no Brasil. O setor sempre atuou abaixo de sua capacidade de utilização, situação proveniente da própria peculiaridade da indústria – com baixo coeficiente de importação – e também da ampla disponibilidade interna das matérias-primas e insumos usados pela indústria. Mesmo no cenário predominante, a partir dos anos 90, de abertura econômica e incremento das importações, a indústria da construção nacional permaneceu com um pequeno impacto sobre a balança comercial. Segundo dados da matriz do macrossetor da construção (FGV, 2005), um aumento nas atividades de construção pressiona pouco as importações brasileiras: apenas 4,7% do total dos insumos importados destinam-se ao setor. Assim, é possível trabalhar com a suposição de uma curva de oferta agregada da indústria de construção com elevada elasticidade-preço, tendendo a uma trajetória horizontal no plano preço-produto, de modo que a determinação do nível de produto agregado do setor é plenamente ajustada via demanda agregada.

Ao pressuposto ortodoxo-liberal de que os problemas socioeconômicos do Brasil estão atrelados à falta de poupança prévia, carência de capital e de outros recursos, ou mesmo a deficiências estruturais de oferta

agregada, contrapõe-se o argumento de que o país tem plena capacidade para a formação de capital e para sustentar um novo ciclo de crescimento econômico, desde que o motor da demanda efetiva seja acionado, impedindo que a renda agregada e o emprego permaneçam muito abaixo de seus níveis potenciais. Nesse sentido, é necessário, a princípio, contar com a participação ativa do sistema bancário na composição do volume adequado de financiamento para que os investimentos se materializem. A partir daí e de um ambiente econômico-institucional favorável, uma política macroeconômica ativa de impulso da demanda agregada pode resultar na ampliação dos investimentos e do emprego no curto prazo. Os investimentos em construção poderiam ser o pivô para estimular um novo movimento de crescimento duradouro, por representar um aumento da demanda total via inversões privadas ou públicas em infraestrutura econômica.

2.2 O sistema keynesiano

Segundo Davidson (2011) e Minsky (2009), o que distingue o sistema keynesiano, em relação à teoria neoclássica padrão, é a sua concretude, ou seja, o fato de referir-se à economia concreta do mundo real e não a uma economia que não mais existe ou que existe em abstrato nos modelos de equilíbrio geral de Walras-Arrow-Debreu. Nesse sentido, não se pode simplesmente dizer que o sistema keynesiano oferece uma visão alternativa; é mais apropriado dizer que oferece uma visão “realista” dos fenômenos econômicos sistêmicos das economias capitalistas contemporâneas, como guia para a ação prática. As variáveis-chave do sistema são a renda agregada e o nível de emprego. E para explicá-las apresenta os fatores, em sua ordem causal, que influenciam na determinação da taxa de juros, salário real, consumo, investimento, volume de renda e ocupação. A partir daí abre espaço para a intervenção governa-

mental na determinação de macro variáveis relevantes.

A abordagem de Keynes (1964) prioriza o lado da demanda agregada, enfocando as decisões privadas de investimento (influenciadas pelo estado de confiança da economia) como variável-chave para entender a dinâmica do crescimento econômico, combinadas com o 'paradoxo da parcimônia', segundo o qual o investimento determina mais a poupança do que é determinado por ela. Este último estabelece que quando se deseja promover o crescimento econômico é preciso fomentar a propensão a investir, dada a subordinação da poupança ao investimento na esfera macroeconômica.

Segundo o princípio da demanda efetiva, são as decisões autônomas de gastos dos agentes econômicos que determinam o nível de produção e de emprego na economia. Numa economia capitalista, os investimentos privados e os demais gastos autônomos é que são a causa, em última instância, da determinação da demanda efetiva e da renda. Como são as despesas com os investimentos que determinam a renda e o produto, depreende-se que as decisões de poupar é que se adaptam ao investimento, através da variação na renda. Por esta linha de pensamento não é válido o argumento de que o financiamento do investimento depende de poupança prévia e que o crescimento econômico acha-se atrelado a este condicionante, sendo a relação oposta, ou seja, é o financiamento do investimento que possibilita a criação posterior da renda (e, portanto, da poupança) através do efeito multiplicador (LIMA et al., 1999).

Conforme interpreta Paula (2007), Keynes mostrou que a causalidade entre poupança e investimento é inversa: a decisão de investir antecede logicamente a criação da renda, e esta, por sua vez, depende das decisões autônomas de gastos dos agentes econômicos. Assim, o fundamental é que as decisões de investimento sejam tomadas, pois

são essas que acionam o processo multiplicador da renda na economia.

Mas as decisões de investimento são tomadas em bases frágeis, pois o processo de escolha dos agentes econômicos depende mais de antecipações especulativas sobre o futuro que de fundamentação racional ou de estimativas probabilísticas sobre eventos passados e correntes, na tentativa de conhecer o porvir. A insegurança em relação ao futuro é característica marcante de uma economia capitalista moderna, na qual a determinação dos investimentos é função do 'espírito animal'⁵ do homem empreendedor e das expectativas dos agentes econômicos, que são sempre formuladas em condições de incerteza. As expectativas e incertezas quanto ao futuro são elementos subjetivos endêmicos ao mundo real e dominantes numa economia empresarial. Sendo assim, os níveis dos investimentos estão sujeitos a mudanças bruscas e o comportamento da demanda efetiva está muito condicionado ao grau de confiança geral da economia (SILVA, 2009).

Uma economia monetária, pelas incertezas e complexidade de seu funcionamento, pressupõe a instituição de contratos monetários para organizar e viabilizar adequadamente os processos produtivos. O planejamento da produção, a contratação de fatores de produção, a aquisição de insumos e outras operações do sistema econômico demandam a existência de contratos monetários, capazes de garantir certo grau de previsibilidade diante de um futuro incerto. São os empresários, via decisões de investimento e produção, que estão no cerne do dinamismo da economia de mercado. Os empresários tomam suas decisões de investimento com base nas expectativas de rentabilidade futura dos seus negócios. E como os bens de capital em geral requerem tempo maior para

a maturação do investimento, os agentes empreendedores são diretamente afetados pelo hiato temporal entre o financiamento e o retorno do investimento, estando mais sujeitos a incapacidades de pagamentos contratualmente rígidos, necessidades de liquidez e endividamentos. Daí a importância fundamental do sistema de crédito como agente viabilizador do financiamento dos investimentos (MINSKY, 1975).

Como afirma Studart (1999), para viabilizar projetos de investimento é preciso um conjunto de variáveis adequadas, dentre elas: i) um sistema bancário ativo na determinação do volume de crédito para o financiamento estável; ii) mecanismos de crédito que assegurem o acesso a financiamento de longo prazo; iii) taxas de juros baixas; iv) nível da poupança, que embora não sendo pré-condição para o investimento, consolida financeiramente bancos e empresas inversoras; e v) ambiente institucional seguro, que garanta o desenvolvimento do circuito financiamento-investimento-poupança.

2.3 A importância do Estado para o setor da construção

Sob a ótica de Kicillof (2008), o arcabouço keynesiano pode ser considerado um marco conceitual importante para discutir as formas adequadas de intervenção estatal, proporcionando as bases necessárias para debater seus efeitos e as consequências do uso de políticas públicas sobre as variáveis macroeconômicas relevantes.

Um papel governamental importante a ser destacado é a fixação de políticas monetárias adequadas, especialmente no tocante ao controle da taxa de juros e à facilitação do crédito, dado que por meio destes mecanismos pode-se influenciar positivamente o volume de investimento e emprego. Além da ges-

⁵ Grau de confiança (parcialmente subjetivo) que os empresários têm em relação ao futuro da economia.

“

A certificação PBQP-H vem sendo exigida desde 1992 em algumas licitações de obras habitacionais financiadas por instituições governamentais, o que tem servido como diferencial em nível de concorrência entre as empresas de construção.

”

tão macroeconômica, outra função protagonista para o Estado é por meio de uma maior participação nas inversões de longo prazo, dado que parte importante da poupança social está com o poder público e o mesmo tem a capacidade institucional para fomentar os empreendimentos de grande porte, essencialmente os de infraestrutura básica.

Na ótica de Finkel (1997), a influência mais significativa do Estado é como demandante de produtos e serviços finais prestados pela construção. As despesas com infraestrutura econômica (energia, transporte e telecomunicações) e social (educação, saúde, saneamento e urbanização) são exemplos de bens públicos que criam externalidades positivas ao produzirem benefícios para todos os setores da economia e ajudam a aumentar a produtividade sistêmica. A intervenção do Estado é necessária uma vez que, em face das caracterís-

ticas específicas dos bens públicos – a não-rivalidade e a não-exclusividade no consumo⁶ – deixam de ser atraentes aos empreendedores capitalistas. Uma importante justificativa para a intervenção do Estado na economia reside na existência de falhas de mercado, quando o sistema econômico não cumpre sua função de alocar eficientemente os recursos por razões de monopólio natural, informações assimétricas, bens públicos e externalidades (SILVEIRA, 2004). Portanto, a responsabilidade pela oferta dos bens públicos torna-se uma incumbência do Estado, que financia sua produção mediante a cobrança compulsória de tributos ou em parceria com o setor privado, sendo neste último caso o responsável pelo provimento de tais bens e o agente regulador do setor que os envolve a fim de evitar a escassez ou má qualidade da oferta dos serviços.

No caso da economia brasileira, em particular, os gastos governamentais têm peso significativo no nível de atividades da construção. Este argumento é compartilhado por Scherer (2007, p. 34-35), que destaca como aspecto peculiar da construção nacional – essencialmente no que respeita às obras de construção pesada – a “estreita vinculação com o poder público, historicamente o principal cliente do setor. Mesmo em situações mais recentes, nas quais a iniciativa privada tem assumido o lugar de cliente principal, instituições públicas continuam ocupando espaços mediante a adoção de políticas de fomento e de financiamento de obras.” O ponto central desta questão é enfatizar que os investimentos públicos em infraestrutura são resultados de decisões políticas.

O Estado também exerce papel importante no monitoramento do nível de concorrência do setor, por se tratar, muitas vezes, da produção de bens públicos. Conforme esclarecem

Teixeira e Carvalho (2006), “grande parte dos produtos finais da indústria de construção são bens de caráter público, que não são administrados pelo mercado, e, portanto, devem ser geridos politicamente, sendo importantes instrumentos de política pública.” E, neste contexto, o setor deve ser objeto de acompanhamento por parte dos gestores dos recursos da sociedade.

De igual importância é a atividade regulatória do governo no tocante ao monitoramento dos custos e da qualidade dos processos e produtos finais da construção. Em nível nacional, o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-H) propõe organizar o setor através da melhoria da qualidade nas obras brasileiras. A certificação PBQP-H vem sendo exigida desde 1992 em algumas licitações de obras habitacionais financiadas por instituições governamentais, o que tem servido como diferencial em nível de concorrência entre as empresas de construção.

Outro aspecto da intervenção estatal na indústria da construção é por meio da legislação pertinente ao setor. O governo é responsável pelo aparato legal subsidiário à concessão de crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) destinado ao setor e também pela permissão de licenças para construção e liberação dos certificados de habite-se. Além disto, o Estado é, em última instância, o responsável pela regulamentação e fiscalização das condições de saúde e segurança de trabalho nas obras de construção. É, ainda, o árbitro final nas negociações de barganhas coletivas entre sindicatos patronais, altamente organizados, e os sindicatos representativos dos trabalhadores da construção.

O investimento público em construção depende dos gastos de capital inseridos nos orçamentos federal,

⁶ Uma mercadoria é considerada não-rival e não-exclusiva quando seu consumo por um indivíduo não diminui e nem exclui seus benefícios para o resto da coletividade, com custo marginal zero para um consumidor adicional.

estadual e municipal das administrações direta, indireta e autarquias, bem como nos orçamentos das empresas estatais. Depende, portanto, da decisão política de governo, que se expressa na política fiscal. O investimento privado no setor depende das decisões empresariais, que são realizadas mediante comparações entre a expectativa das taxas de lucro e o custo de oportunidade do financiamento da produção, considerando o estado de confiança dos mesmos em relação ao ambiente econômico presente e prospectivo. O grau de confiança dos empresários é que define os rendimentos prospectivos esperados dos bens de capital para a composição da eficiência marginal do capital, sendo função do comportamento especulativo dos agentes econômicos; das incertezas e riscos associados às decisões futuras e da natureza monetária da taxa de juros. Certamente o Governo tem papel crucial na definição de um ambiente econômico favorável às decisões de investimento privadas. Na formatação das expectativas empresariais de lucro, pesam a política creditícia, a política tributária, a estabilidade política e macroeconômica, a existência de marcos regulatórios confiáveis, a expectativa de um mercado consumidor em expansão e a existência de infraestrutura core⁷ que afeta a produtividade e competitividade da produção. Assim, a construção está intrinsecamente associada ao Estado para impulsionar seu desenvolvimento sustentado.

3. Resultados e Discussão

3.1 A economia brasileira no período 1990 a 2008

As duas últimas décadas foram marcadas por um novo modo de acumulação de riquezas que privilegiou o capital financeiro externo e pouco contribuiu para o avanço da estrutura de produção nacional e para uma melhor inserção relativa do país no contexto internacional, tendo como resultado fortes desequilíbrios

macroeconômicos no Brasil. Na visão de Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 21-22):

O que houve foi um processo de adaptação passiva e regressiva do país ao sistema econômico internacional, em geral, e ao sistema mundial de comércio, em particular. Isto tem como consequência o aumento da dependência do crescimento do PIB em relação à demanda externa, tornando o país estruturalmente mais vulnerável frente às oscilações da conjuntura internacional.

As estratégias econômicas e político-sociais adotadas pelo Estado seguiram claramente uma orientação de cunho neoliberal. Foram adotadas no início dos anos 90 e mantidas até o presente momento, a despeito da alternância de poder ocorrida na eleição presidencial de 2002. O sucesso do modelo econômico proposto dependia da captação de vultosos recursos reais e financeiros no exterior, que impunha o aumento da taxa de juros real como instrumento essencial da estratégia de atração de capitais estrangeiros, sustentação da sobrevalorização cambial, controle da demanda interna e da inflação.

O efeito das políticas neoliberais para a base industrial do país, o nível de emprego e o crescimento econômico é evidente nas estatísticas. O Brasil perdeu posição no cenário mundial, como indicado pela aceleração queda de sua posição no ranking das principais economias nos últimos anos, quando passou da oitava posição em 1998 (PIB de US\$ 788 bilhões) para a décima quinta posição em 2003 (PIB de US\$ 467 bilhões). O PIB do Brasil, que representava 3,3% do PIB mundial em 1998, despencou para 1,7% em 2002 (PEREIRA, 2004).

A reestruturação econômica proposta no novo modo de acumulação tornou o setor produtivo dependente do capital financeiro internacional, que, num contexto de restrição de de-

manda e escassez de liquidez externa, resultou na tendência declinante das taxas de crescimento doméstico. A expansão dinâmica da economia brasileira há muito está travada pelos pilares básicos da política econômica vigente – metas de inflação e juros reais elevados, manutenção de mega-superávits primários, carga tributária alta e mal distribuída, câmbio flutuante e liberalização financeira (MOLLO; SAAD-FILHO, 2002).

É preciso reconfigurar a intervenção estatal na economia e na sociedade brasileira, impondo um novo dinamismo macroeconômico. O enfraquecimento do Estado brasileiro como gestor de políticas de desenvolvimento industrial ou mesmo de ator deste processo contribuiu fortemente para elevar o grau de exposição da indústria doméstica aos bens importados, especialmente nos casos de produtos de maior valor agregado e maior sofisticação tecnológica. Além disso, a explosão das importações implicou rápido esvaziamento das cadeias produtivas, provocando forte diminuição do poder de impulsão da demanda intra-industrial e de alavancagem dos demais setores, redundando em forte redução da capacidade de criação de empregos na economia (COUTINHO et al., 1999).

3.2 Desempenho da construção brasileira no período 1990 a 2008

Uma análise das políticas econômicas das últimas duas décadas indica que setor de construção civil foi adversamente afetado pelo modelo neoliberal. Na comparação média entre as décadas de 70, 80 e 90, esta última é a que pode ser denominada 'década perdida' para a indústria construtiva nacional, que se manteve estagnada e ainda perdeu participação relativa no PIB, conforme Tabela 1.

⁷ Define-se como infraestrutura core: energia elétrica, telecomunicações, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Tabela 1: Comparação das principais variáveis econômicas por décadas
Valores médios anuais no período (em %)

Período	Juros	Inflação	Crescimento real		Participação do VA Construção no VA Total	Taxa de Investimento
	Selic/over	pelo IPCA	PI Bpm	VA Construção		
1970-79	42,91	-	8,75	10,38	7,25	21,40
1980-89	273,87	265,37	2,93	0,60	6,17	22,21
1990-99	327,79	270,84	1,61	0,73	5,32	18,24
2000-2008	16,84	6,89	3,17	2,20	5,49	16,72

Fonte: IPEADATA e IBGE.

PI Bpm = Produto Interno Bruto a preços de mercado

VA Construção: Valor Adicionado Bruto a preços básicos da Construção.

VA Total: Valor Adicionado Bruto a preços básicos do Total das Atividades.

Taxa de Investimento: Formação Bruta de Capital Fixo/PIBpm

“
Contudo, o cenário de expansão setorial foi interrompido entre 1999 e 2003, quando se observa rápida desaceleração no ritmo de crescimento da indústria de construção...
”

Após o ciclo expansivo da década de 70, a construção passou por um processo de desaceleração de suas atividades nos anos 80, que só foi transitoriamente interrompido em 1985 e 1986, como reflexo da euforia econômica proporcionada pelo Plano Cruzado conforme Figura 1. A interrupção da fase de estagnação ocorre a partir de 1992 quando o PIB setorial voltou a apresentar tendência de crescimento até 1998, sob influência positiva da estabilidade econômica trazida pelo Plano Real e dos ganhos salariais reais advindos da apreciação cambial. No acumulado entre 1993 e 1998 a construção cresceu 31,9%, mas a variação anual da produtividade do trabalho, medida pela razão entre o valor da produção e o número de pessoas ocupadas no setor, foi de apenas 8,5% no período, elevando-se de

R\$42,5 mil por trabalhador, em 1994, para R\$44,0 mil, em 1998. E vale ressaltar que a produtividade do setor ficou abaixo da média nacional para o conjunto das atividades em quase 40% durante toda a década de 90, repetindo a mesma performance nos sete anos seguintes (2000-06), conforme Tabela 2.

Contudo, o cenário de expansão setorial foi interrompido entre 1999 e 2003, quando se observa rápida desaceleração no ritmo de crescimento da indústria de construção, prevalecendo perda acumulada de 8,3% no período. As políticas monetária e fiscal restritivas adotadas pelo governo central contribuíram para esse resultado. A política de juros

altos e aperto creditício frente a um quadro de estagnação econômica e expectativas desfavoráveis devido à instabilidade da economia mundial contribuíram para uma drástica redução dos investimentos privados, especialmente os relacionados com ativos de mais longa duração, como é o caso construção. Além disso, o enfraquecimento do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico pôs em cheque a performance da construção brasileira. A pregação neoliberal do ‘Estado mínimo’ insuflada pelo chamado “Consenso de Washington” enfraqueceram o setor produtivo nacional, sem promover o esperado aumento da produtividade sistêmica.

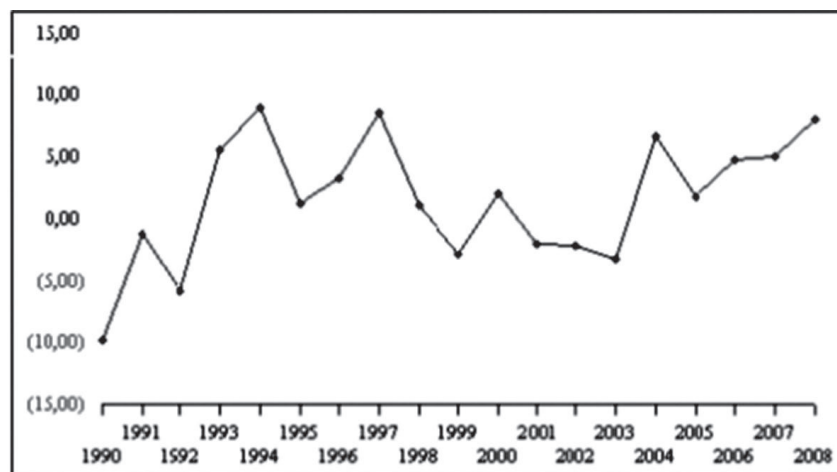


Figura 1: Evolução da taxa de crescimento real (em %) do valor adicionado da construção

Fonte: Contas Nacionais, BGE

Tabela 2: Valor adicionado a preços básicos. Valor da produção. Pessoal ocupado e produtividade média Brasil – (em valores de 2006)

Ano	Valor Adicionado (em R\$ bilhões)			Pessoal ocupado (Em mil pessoas)		Valor da Produção (em R\$ bilhões)		Produtividade média Em R\$ mil	
	Total	Indústria	Construção	Total	Construção	Total	Construção	Total	Construção
1990	1.336,2	407,3	75,3	58.580,8	3.936,0	4.570,4	166,6	78,0	42,3
1991	1.378,9	408,4	74,4	59.031,4	3.681,8	4.281,0	158,1	72,5	43,0
1992	1.378,0	392,0	70,1	59.251,5	3.451,2	4.577,9	141,3	77,3	41,0
1993	1.465,8	423,6	74,0	59.630,3	3.550,3	4.719,1	144,0	79,1	40,6
1994	1.525,2	457,7	80,7	60.406,9	3.484,1	4.298,3	148,0	71,2	42,5
1995	1.570,3	479,3	81,6	61.226,1	3.429,4	3.815,4	158,2	62,3	46,1
1996	1.617,2	484,4	84,3	59.764,6	3.523,0	3.759,8	159,0	62,9	45,1
1997	1.679,8	504,9	91,4	60.122,9	3.700,8	3.749,8	171,0	62,4	46,2
1998	1.680,2	491,9	92,4	59.035,1	3.912,4	3.761,3	172,1	63,7	44,0
1999	1.659,5	482,5	89,7	58.380,6	3.706,9	3.837,1	173,2	65,7	46,7
2000	1.720,9	505,8	91,5	78.972,3	5.329,9	3.990,4	183,0	50,5	34,3
2001	1.729,2	502,7	89,6	79.544,4	5.358,2	4.025,7	177,5	50,6	33,1
2002	1.780,2	513,1	87,7	82.629,1	5.608,7	4.057,8	174,1	49,1	31,0
2003	1.808,1	519,6	84,8	84.035,0	5.409,3	4.140,7	165,5	49,3	30,6
2004	1.896,2	560,6	90,4	88.245,0	5.613,7	4.191,8	167,6	47,5	29,9
2005	1.955,5	572,3	92,0	90.905,7	5.872,9	4.182,3	170,9	46,0	29,1
2006	2.034,7	585,6	96,3	93.247,0	5.932,8	4.121,8	181,2	44,2	30,5
2007	2.143,5	613,2	101,1	-	-	-	-	-	-
2008	2.222,7	639,4	109,2	-	-	-	-	-	-

Fonte: Contas Nacionais do IBGE.

Valores de 2006 deflacionados pelos respectivos deflatores implícitos disponíveis nas Contas Nacionais do IBGE.

Todos os indicadores de atividades da construção mostram que uma melhora relativa no desempenho setorial só ocorreu a partir de 2004, que pode ser associado a alguns fatores básicos: crescimento mais estável do PIB; juros mais baixos; e maior disponibilidade de crédito para o segmento imobiliário via recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ressalta-se que a flexibilização das regras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a implementação do Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI, em 1997, permitiram a ampliação das fontes de recursos para a construção imobiliária nesta última década. A desregulamentação do SFH criou condições para o retorno do financiamento imobiliário direto ao mutuário, por meio dos agentes financeiros, o que levou a uma ampliação do mercado de imóveis, na medida em que aumentou a oferta de crédito e liberou os construtores para suas atividades-fim.

Uma economia em expansão constante, com maior oferta de crédito e juros em trajetória descendente

cria expectativas favoráveis nos agentes econômicos incentivando os investimentos. A Figura 2 mostra a expressiva recuperação da produção industrial de bens de capital destinados à construção a partir de 2004, o que sinaliza desempenho prospectivo do setor.

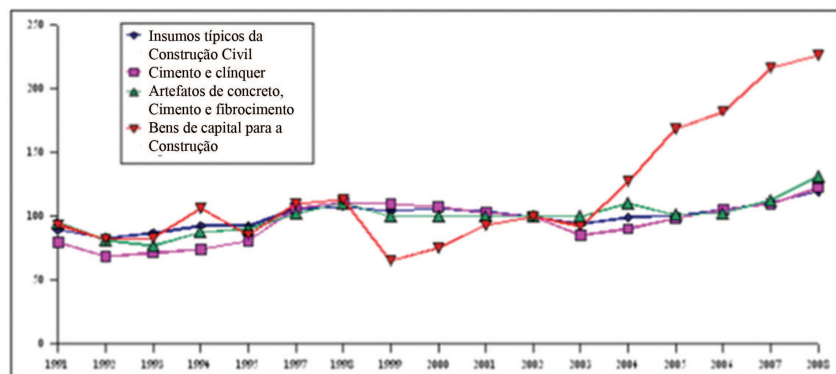


Figura 2: Evolução da produção física industrial dos indicadores de atividades da construção – Brasil

Índice médio anual sem ajuste sazonal (Base fixa: média de 2002 = 100) – 1991 a 2008

Fonte: PIM-IBGE

Ressalta-se, contudo, que o setor cresceu entre 2004 e 2008 a uma taxa média de apenas 5,2% a.a., performance bem aquém da atingida nos anos 70, mas representa uma recuperação em relação às perdas dos cinco anos anteriores. Ademais, o crescimento setorial no período não se refletiu em acréscimos relativos à sua participação no produto nacional, que vem caindo ininterruptamente desde 1995. Se entre 1990 e 1994, a contribuição média do setor foi de 8% para o valor adicionado total da economia, de 1995 em diante esta participação ficou próxima dos 5%.

O custo social da opção por políticas econômicas neoliberais nas duas últimas décadas foi a diminuição dos investimentos produtivos, inclusive da construção, e a perda de postos de trabalho. No acumulado da década de 90 houve desaceleração no ritmo de ocupação tanto para o total das atividades quanto para a construção, que deixou de ocupar 229.122 trabalhadores pela queda no ritmo de sua produção. O patamar de ocupação no setor que era de 3,936 milhões de pessoas em 1990 passou para 3,706 em 1999. Na atual década, o setor ocupa em média 5,589 milhões de trabalhadores (Tabela 2).

A fraca performance da construção ao longo das últimas décadas certamente teve impacto negativo também na taxa de investimento do país. A preços de 2006, a formação bruta de capital fixo (FBCF) como proporção do PIB ficou abaixo dos 19% durante os últimos 19 anos, com melhora relativa apenas em 2008

quando o patamar subiu para 22,8% (Tabela 3). O nível de investimento nacional é bem abaixo do crescimento do PIB, sugerindo um processo de descapitalização da economia brasileira. Os baixos investimentos dos vinte anos não têm sido suficientes para o atendimento crescente da demanda, implicando em “corrosão” do estoque de infraestrutura construído em décadas anteriores. “A taxa de investimento no Brasil se apresenta num patamar muito baixo, incompatível tanto com o padrão de desenvolvimento da economia brasileira como levando-se em conta as necessidades de inversão num país jovem e com enorme potencial de crescimento” (TEIXEIRA, 2004).

A crise fiscal do Estado, que reduziu o orçamento de capital e redundou em significativos cortes de investimentos públicos, alterou substancialmente a participação de entidades públicas nos investimentos em construção, conforme dados da

Tabela 4. Se nas décadas de 60 e 70 o Estado compunha 20% e 18%, respectivamente, da formação líquida de estoque de capital em construção, a partir dos anos 90 este percentual caiu para 15% ou menos. O sub-setor de construção pesada, que é composto de obras viárias; obras de artes especiais; obras de urbanização e paisagismo; obras de montagem e obras de outros tipos, sustentado majoritariamente pela demanda pública, perdeu dinamismo com a crise financeira do Estado a partir da segunda metade da década de 80. O sub-setor de edificações (residenciais e comerciais), mais dependente da demanda privada, também perdeu dinamismo nos anos 90, em função da recessão econômica e da desarticulação dos esquemas de financiamento habitacional. Contudo, é nítida a maior participação do setor privado na formação do estoque de capital da construção a partir dos anos 90.

Tabela 3: Produto interno bruto a preços de mercado, formação bruta de capital fixo e taxa de investimento – Brasil – Valores em RS milh~es a preços de 2006

Período	PIBpm	FBCFcc		Participação (%)		
		R\$ (milhões)	FBCF	FBCF/PIB	FBCFcc/PIB	FBCFcc/FBCF
1990	1.553.687	135.094	280.849	18,08	8,70	48,10
1991	1.569.713	131.333	267.581	17,05	8,37	49,08
1992	1.562.384	122.590	249.865	15,99	7,85	49,06
1993	1.635.271	128.667	265.676	16,25	7,87	48,43
1994	1.722.502	136.697	303.544	17,62	7,94	45,03
1995	1.798.582	136.712	325.673	18,11	7,60	41,98
1996	1.837.261	144.829	330.567	17,99	7,88	43,81
1997	1.899.274	157.943	359.436	18,92	8,32	43,94
1998	1.899.945	160.629	358.203	18,85	8,45	44,84
1999	1.904.773	154.026	328.844	17,26	8,09	46,84
2000	1.986.796	157.053	345.393	17,38	7,90	45,47
2001	2.012.885	153.983	346.899	17,23	7,65	44,39
2002	2.066.389	148.146	328.749	15,91	7,17	45,06
2003	2.090.083	139.754	313.646	15,01	6,69	44,56
2004	2.209.474	148.429	342.257	15,49	6,72	43,37
2005	2.279.286	149.980	354.666	15,56	6,58	42,29
2006	2.369.797	157.385	389.328	16,43	6,64	40,42
2007	2.504.101	181.579	468.984	18,73	7,25	38,72
2008	2.631.231	223.989	599.028	22,77	8,51	37,39

Fonte: IPEA e IBGE.

Valores de 2006 deflacionados pelos respectivos deflatores implícitos disponíveis nas Contas Nacionais do IBGE.

Tabela 4: Estoque líquido de capital fixo total (ELCF) e da construção (residencial e não residencial), segundo a participação do setor privado e do setor público para o Brasil
Valores em R\$ bilhões de 2000

Período	ELCF Total	ELCF da Construção			ELCF da Construção	
		Total	Público	Privado	não residencial (1)	residencial (2)
1950-59	205,5	116,0	31,9	84,1	66,8	49,2
1960-69	430,6	254,9	87,6	167,4	171,3	83,7
1970-79	1034,3	569,0	191,0	377,9	406,0	163,0
1980-89	1977,6	1183,1	292,8	890,3	829,7	353,4
1990-99	2571,5	1738,7	380,1	1358,7	1179,6	559,2
2000-08	3137,3	2184,3	433,8	1750,5	1408,9	775,4

Fonte: IPEA.

Em resumo, as políticas macroeconômicas neoliberais adotadas no Brasil nas duas últimas décadas estão diretamente relacionadas ao fraco desempenho do setor de construção brasileiro. As decisões de investimento privado são formuladas com base nas expectativas de rentabilidade futura dos negócios, de modo que importa a relação entre o custo do financiamento e o retorno do investimento. Daí a importância fundamental de crescimento econômico estável, da disponibilidade e condição favorável de crédito, de taxas de juros baixas e ambiente institucional adequado para viabilizarem o financiamento dos investimentos de médio e longo prazo. Além disso, com a desaceleração do crescimento econômico e a consequente crise fiscal e financeira dos governos, o fluxo de destinação de recursos para as despesas de investimento das administrações públicas e empresas estatais foi interrompido. E como resultado, a trajetória da construção brasileira no período tem sido volátil e distante da média histórica de seu crescimento na década de 70. Apesar do novo ciclo de expansão iniciado em 2004, a indústria de construção continua operando bem abaixo de sua capacidade produtiva e de seu nível histórico de emprego, uma vez que as obras e investimentos públicos sempre constituíram grande parte da demanda do setor.

4. Considerações finais

A adesão brasileira ao ideário neoliberal nos anos 90 proporcionou estabilidade monetária, mas deixou como herança uma economia semi-estagnada nas duas últimas décadas, com vulnerabilidade externa estrutural e cada vez mais dependente do capital internacional. O cenário externo extraordinariamente favorável entre 2003 e meados de 2008 permitiu melhora relativa dos fundamentos econômicos, sem, contudo, significar avanço do Brasil vis-à-vis a economia mundial. Com o início da crise financeira internacional no final de 2008, o paradigma neoliberal vem sendo fortemente questionado, face às limitações de políticas econômicas com excessiva ênfase na disciplina fiscal dos governos; privatizações; desregulamentação do processo econômico e liberalização financeira, além do enfraquecimento das instituições do Estado.

Os anos 90 podem ser considerados também uma 'década perdida' para a construção brasileira, que se manteve estagnada, perdeu participação relativa no PIB e ainda apresentou produtividade 40% abaixo da média nacional. As políticas monetária e fiscal restritivas contribuíram para este resultado: juros altos, aperto de crédito, baixa expansão das atividades econômicas e expectativas desfavoráveis dos agentes frente a uma conjuntura interna instável cria-

ram um quadro desfavorável para os investimentos privados e reprimiram a produção setorial. Além disso, o setor foi severamente prejudicado pelo enfraquecimento do papel do Estado como promotor do desenvolvimento econômico.

Pode-se considerar que o setor só apresentou recuperação econômica entre 2004 e 2008, quando cresceu a uma taxa média anual de 5,2%. Entretanto, este desempenho está ainda bastante aquém da expansão setorial observada nos anos 70 e de suas reais potencialidades. Apesar do novo ciclo de expansão iniciado em 2004, a indústria de construção brasileira continua operando abaixo de sua capacidade produtiva e de seu nível histórico de emprego. A expansão recente do produto setorial não se refletiu em acréscimos relativos em sua participação no produto nacional, que vem caindo interruptamente desde 1995.

No entanto, as perspectivas para a construção brasileira atualmente, são positivas, considerando sua significativa dinâmica econômica nacional, não só para a manutenção do emprego, mas também para o equacionamento dos déficits de infraestrutura física, como moradia, saneamento, transportes e energia. Nesse sentido, a atividade de construção vem sendo considerada nos programas governamentais como importante ferramenta contra o de-

saquecimento da economia nacional em consequência da crise mundial

Exemplos disso são as oportunidades para a construção nacional a partir dos direcionamentos adotados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nas atuais políticas de habitação e saneamento e nos projetos de infraestrutura capitaneados pelas Parcerias Público-Privadas – PPPs. Entretanto, estas são medidas ainda incipientes e insuficientes, haja vista os enormes déficits de infraestrutura do país, delineados pelo Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT e Plano CNT de Logística Brasil. É papel do Estado ser agente protagonista de um novo modelo de desenvolvimento dinâmico e permanente para a economia brasileira, no qual a indústria de construção tenha papel coadjuvante por se caracterizar como produtora da infraestrutura básica e do bem-estar social.

Ao final são sugeridos alguns temas relacionados à economia da construção no Brasil, importantes de serem abordados em análises futuras, especialmente no que se refere aos custos relacionados ao setor, como a baixa tributação sobre patrimônios imobiliários, baixos salários dos empregados, desperdício de materiais de construção nos canteiros de obras dada muitas vezes à precária educação do operário brasileiro, e os consideráveis impactos ambientais, uma vez que grande parte dos insumos utilizados na construção são recursos minerais não renováveis e ou recursos florestais. É importante, ainda, ser levado em conta o fato de o tradicional sistema de financiamento da construção no Brasil estar largamente centrado em bancos estatais (Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e, portanto, bastante imunizado contra as crises, diferentemente do modelo norte-americano, por exemplo, como bem demonstrou a recente crise da “sub prime”.

Referências

- ASCHAUER, David. Is public expenditure productive? *Journal of Monetary Economics*, v.23, p.177-200, mar.1989.
- BON, R.; MINAMI, K. The role of construction in the national economy: a comparison of the fundamental structure of the U.S. and Japanese input-output tables since World War II. *Habitat International*, v. 10, n. 4, p. 93-99, 1986.
- COUTINHO, L., BALTAR, P.; CARMARGO, F. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: POSTHUMA, Anne C. (Org.). *Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DAVIDSON, P. A technical definition of uncertain for economic analysis. *Journal of Economics*, Cambridge, v. 12, n. 3, 1988.
- DAVIDSON, P. *John Maynard Keynes*. São Paulo: Atual Editora, 2011.
- ERENBURG, S. J. The relationship between public and private investment. The Jerome Levy Economics Institute of Bard College and Eastern Michigan University, Working Paper n. 85, 1993.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *O macrossetor da construção*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Instituto Brasileiro de Economia/Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2005.
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo A *economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FINKEL, Gerald *The economics of the construction industry*. New York, London, England: M.E. Sharpe, Armonk, 1997.
- GARCIA-MILA, T.; MCGUIRE, T. J. *The contribution of publicly provided inputs to states' economies*. *Regional Science and Urban Economics*, v. 22, p. 229-241, 1992.
- GHALI, Khalifa H. *Government spending and economic growth in Saudi Arabia*. *Journal of Economic Development*, v. 22, n. 2, dec. 1997.
- HILLEBRANDT, Patricia M. *Economic theory and the construction industry*. 3. ed. Palgrave, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa anual da indústria da construção (PAIC)*, Rio de Janeiro, v. 17, p.1-84, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema de contas nacionais: Brasil 2003-2007*. Rio de Janeiro: 2009. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de Contas Nacionais, 2009.
- KICILLOF, Axel. *Fundamentos de la teoría general: consecuencias teóricas de Lord Keynes*. Buenos Aires: Eudeba, 2008.
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest, and money*. New York: Harcourt, Brace & World, 1964.
- LEAN, Chan Swee *Empirical tests to discern linkages between construction and other economic sector in Singapore*. *Construction Management and Economics*, v. 19, p. 355-363, 2001.
- LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luis Fernando de Paula. (Org.) *Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campos, 1999.
- MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimento keynesiano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. New York: Columbia University Press, 1975.

MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. Sao Paulo: Novo Século Editora, 2009.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; SAAD-FILHO, Alfredo Neoliberal Economic Policies in Brazil (1994–2005): Cardoso, Lula and the need for a democratic alternative. *New Political Economy*, v. 11, n 1, mar. 2006.

MUNNELL, Alicia H. Policy watch: infrastructure investment and economic growth. *Journal of Economic Perspectives*, v. 6, p. 189-198, 1992.

MYERS, Danny Construction economics: a new approach. London: Spon Press, 2004.

OFORI, George The construction industry: aspects of its economics and management. Singapore: Singapore University Press, 1990.

PAULA, Luiz Fernando de. Keynes, PAC e a falácia da composição. *Jornal Valor Econômico*, 20 abr. 2007.

PEREIRA, José Matias Desequilíbrio Macroeconômico e Governabilidade: os casos do Brasil e Argentina. *Revista Acadêmica de Economia*, n. 23, 10 abr. 2004. Disponível em <www.eumed.net/cursecon/ecolat>. Acesso em: 20 abr. 2009.

POLENSKE, Karen R.; SIVITANIDES, Petros. Linkages in the construction sector. *The Annals of Regional Science*, Cambridge- USA, jul. 1989.

RAMIREZ, D. M. Public and Private Investment in Mexico, 1950-90: An Empirical Analysis, *Southern Economic Journal*, v. 61, a. 1, p. 1-17, 1994.

SCHERER, Flávia Luciane A consolidação de empresas brasileiras de construção pesada em mercados externos. 2007. Tese (Doutorado em Administração) – CEPEAD, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, José Maria A. A crítica keynesiana. Cap. 3. Disponível em <www.ufv.br/docentes/jmas/capitulo_3_-_A_critica_keynesiana.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

SILVEIRA, José Lúcio Alves Os fluxos internacionais de capitais e a fragilidade fiscal da União no período 1990/2001. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia (PIMES), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

STUDART, Rogério. O sistema financeiro e o financiamento do crescimento: uma alternativa pós-keynesiana à visão convencional. In: LIMA, Gilberto T.; SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de. (Org.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

TEIXEIRA, Luciene P.; CARVALHO, Fátima M. A. A construção como instrumento do desenvolvimento da economia brasileira. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 109, jul./dez. 2005.

TEIXEIRA, Luciene Pires. Taxa de investimento no Brasil. Belo Horizonte: Comissão de Economia e Estatística (CEE)/Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), jul. 2004. Disponível em: <www.cbic.org.br>. Acesso em: 14 mar 2009.



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

www.unifacs.br
Tel.: (71) 3273-8528

Programa em Energia (Mestrado em Energia)

Linhas de pesquisa:
Sistemas Regulatórios • Energia e Meio Ambiente
Tecnologia em Energia